

## **HISTÓRIA EM CRÔNICAS/CRÔNICAS DA HISTÓRIA: FORTALEZA NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX**

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA\*

Para depreendemos, sob a ótica do historiador que no presente lança seu olhar para o passado, as identidades urbanas que se constituíam na Fortaleza no início do século XX, lançamos mão de relatos que, inseridos no contexto de mudança do período, nos fornecem um panorama apto a captar o “espírito da época” (PESAVENTO, 1997:29).

Esse denominado “espírito da época” deve ser visado e considerado a partir da concepção que estabelece a cidade de Fortaleza como um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, lugar esse cuja definição tomamos de empréstimo a Michel de Certeau.<sup>1</sup>

Para tal, se faz necessário que se construa uma narrativa a partir da análise das narrativas em forma de crônica que abordaremos a seguir, para que assim se consiga captar uma ação social que fora capaz de produzir certos vínculos, como também certas identidades tendo como cenário a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado.

Acerca dessa discussão, nosso norte será o proposto por Paul Ricoeur, quando este afirma que “de acordo com a orientação geral da historiografia que privilegamos, o referente último do discurso da história é a ação social em sua capacidade de produzir vínculo social e identidades” (RICOEUR, 2007:396).

E como o referente último do discurso historiográfico (ou da narrativa histórica) é a ação social, devemos, então, direcionar nosso olhar para os atores que viveram e deram sentido a essas ações, buscando enfatizar com as crônicas históricas as quais lançamos mão esses tais atores de uma história (sucessão de acontecimentos) já decorrida e que chega até os nossos dias para sua devida apreciação enquanto história (ciência historiográfica).

---

\* Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor das Faculdades INTA-CE.

<sup>1</sup> Conforme ressalta Certeau, "toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural" (CERTEAU, 1982:66).

Para ilustrar e conformar referido intento, cabe a seguinte citação de Ricoeur:

O historiador não tem apenas como contraponto mortos, para os quais ele constrói um túmulo escriturário; ele não se dedica apenas a ressuscitar viventes de outrora, que não existem mais, mas que existiram; ele se dedica a re-apresentar ações e paixões. Quanto a mim, associo, explicitamente, a tese favorável à idéia de que o referente último da representação historiadora é o vivente antigo, atrás do ausente de hoje na história, à mudança de paradigma que, na “guinada crítica” dos *Annales* dos anos 80, promoveu o que pôde chamar de “paradoxo do ator”. A história visa não apenas ao vivente de outrora, na retaguarda do morto de hoje, mas ao ator da história decorrida, desde que se decida “levar a sério os próprios atores” (RICOEUR, 2007:396).

Como o historiador não apenas tem os mortos (ou seja, o passado) como contraponto, cabe a esse, também, repensar sua relação (na escrita, na confecção de seu texto) com o presente e mesmo com o futuro. Aqui mais uma vez recorreremos aos escritos de Ricoeur:

Ora, as perplexidades mais tenazes, concernentes ao tratamento “factício” do tempo pelo historiador, dizem respeito à articulação do saber histórico sobre o trabalho de memória no presente da história. Gostaria de mostrar que, na atitude por princípio retrospectiva comum à memória e a história, a prioridade entre essas duas perspectivas do passado é indecidível. A ontologia do ser histórico que abraça a condição temporal em sua tripartição – passado, presente, futuro – está habilitada a legitimar esse caráter indecidível, sob a condição da abstração do presente e do futuro (RICOEUR, 2007:396-397).

E ao utilizar as crônicas (ditas históricas, mas também tidas como memorialísticas) visando à articulação do saber histórico sobre o trabalho de memória, articulação essa proporcionada através justamente dessas crônicas, intentamos precisamente visar essa memória que se faz viva no presente da história (ou do historiador).

Antes de prosseguirmos, contudo, cabe esclarecer o sentido que imprimimos aqui ao termo “crônica”. Esse termo deriva diretamente do nome do deus grego *Cronos* e este por sua vez está diretamente relacionado ao tempo. Do nome do deus temos a derivação resultante, “*chronica*”, para daí alcançarmos o termo usual hoje em dia empregado em língua portuguesa. Em suma, sempre que fazemos menção à palavra “crônica”, devemos levar sempre em consideração que ela retém em si uma intrínseca e inseparável ligação com o tempo.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ricoeur faz referência, diretamente, ao termo “tempo crônico”. Cf. RICOEUR, 2007:163.

E essa ligação da crônica com o tempo pode também ser auferida quando de uma percepção acerca da época na qual a tomamos para análise. Sua conotação atualmente empregada pode ser percebida na seguinte descrição de Sandra Pesavento:

Antes de tudo, cabe esclarecer que trataremos a crônica na sua acepção contemporânea, ou seja, aquela narrativa curta, difundida pelos jornais, frente a um mundo transformado pela modernidade urbana e pelos meios de comunicação de massa, tal como se processou na civilização ocidental a partir do século XIX. Nesta instância, a crônica é aquele artigo de consumo diário, rápido e preciso, que se apresenta como produto a ser consumido por um público leitor de jornal. (PESAVENTO, 2004:63).

Destarte, ousamos complementar o exposto por Pesavento, aditando-lhe mais um significado, para que assim tenhamos um apanhado mais de acordo com nossas pretensões. Assim sendo, recorreremos à apresentação feita por Otacílio Colares ao livro de crônicas "História Abreviada de Fortaleza", onde se pode ler que:

No caso deste livro de Mozart Soriano Aderaldo, a palavra "crônica" deverá ser admitida em sentido duplo: o moderno, que subentende literatura em prosa utilizando poeticamente fatos e coisas conhecidas do dia-a-dia, e o antigo, que significa recomposição sentimental de fatos e coisas que merecem resguardadas, sob pena de, com o tempo, ficarem perdidas sob a pátina do tempo (COLARES, 1974:10).

Como podemos perceber no citado acima por Colares, a crônica (menos no sentido contemporâneo ou moderno que no antigo) tem como alvo o tempo. Nesse caso visa-se, sobretudo, um resguardo do tempo, para que com isso se proporcione o recompor de fatos e de coisas que com o seu passar se vão desvanecendo.

A pátina do tempo, ao desbotar-se justamente com o seu transcorrer, vale-se da crônica para que esse mesmo tempo tenha a possibilidade de ser resguardado. E o que afinal se resguarda, com tal resguardo que se faz do tempo, senão as memórias?

Ainda dentre as definições de "crônica", recorramos inicialmente a uma não "definição":

Sem ser tão despreziosa e ligeira quanto supõe parte da crítica, a crônica não se presta também a definições gerais que tentem, de uma tacada, englobar todos os seus sentidos e características, como se fosse possível chegar a uma sua suposta essência. Se a própria delimitação dos diversos gêneros literários se mostra frágil e incerta, qualquer definição abstrata de crônica terá sempre, como limite, a concretude de cada um desses pequenos artigos. Escritas em verso ou prosa, ligadas à verdade ou ao sonho, têm em comum o tipo de relação que estabelecem com a indeterminação da história (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005:17).

Acerca do enquadramento da crônica a um determinado gênero, Afrânio Coutinho a considera:

Gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e a argúcia na apreciação, a graça na análise dos fatos miúdos e sem importância, ou na crítica das pessoas (COUTINHO, 1971:109).

Outro autor que considera a crônica como uma fonte apropriada para a análise dos fatos miúdos do dia-a-dia é Antônio Cândido, que em seminal artigo sobre o assunto nos convida a ver a grandeza da crônica, qual seja, a grandeza da vida ao rés-do-chão:

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas (CÂNDIDO, 1992:14).

Consideramos ainda que chegar, através das crônicas, a esse “espírito da época” que houvera marcado o período aqui estabelecido, não nos levaria a um caminho unívoco, mas sim a uma polissemia de significados e sentidos. Conforme ressalta Certeau, “o *writing*, ou a *construção de uma escrita* (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto” (CERTEAU, 1982:94).

A construção de uma escrita constitui um momento delicado, passagem estranha, parafraseando Michel de Certeau. Ampliando o sentido da palavra “passagem”, temos tratar-se de um local por onde se passa; passadouro; um local de ligação.

E a que estaria a ligar afinal, nessa passagem, a escrita? Para Paul Ricoeur a questão da escrita “não constitui, de modo nenhum, a problemática única do texto” (RICOEUR, 1989:110). Teríamos também de levar em consideração o mundo que ela abre. Ricoeur propõe que:

A tríade discurso-obra-escrita ainda constitui apenas o tripé que suporta a problemática decisiva, a do projecto de um mundo, a que eu chamo o mundo da obra e onde vejo o centro de gravidade da questão hermenêutica. Toda a discussão anterior servirá apenas para preparar a deslocação do problema do texto para o do *mundo* que ele abre (RICOEUR, 1989:110).

Evidente que para o presente trabalho não devemos nem podemos gravitar unicamente ao redor da questão hermenêutica delineada acima por Ricoeur. Mas rica é sua contribuição, nesse quesito, à nossa problemática da escrita, problemática esta que findará por desaguar em nossa abordagem acerca das crônicas sobre a cidade de Fortaleza.

Se Certeau enfatiza a passagem da prática ao texto, o mesmo se propõe Ricoeur, quando esse analisa o momento no qual o discurso se torna texto. E sobre o discurso salienta ainda que “apenas o discurso, dizíamos nós, visa as coisas, se aplica à realidade, exprime o mundo” (RICOEUR, 1989:120).

E nada mais apropriado que a crônica para exprimir um mundo específico (a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado) e ter a marcante característica de buscar aplicar-se à realidade outrora vivida.

Ressaltamos que essa “realidade” deve ser compreendida sob a ótica do tempo vivido por cada autor, ou seja, estamos fazendo referência à “realidade de cada autor”, daí “estabelecendo uma reflexão sobre se o autor, ao escrever a crônica, está a fazer uma história do seu tempo” (PESAVENTO, 2004:64).

Com relação a esse tempo, em um primeiro momento, iremos recorrer a três dos principais cronistas cuja temática central é a cidade de Fortaleza e seu cotidiano.<sup>3</sup> Com tais autores temos visões díspares que dizem respeito não somente aos significantes de suas próprias narrativas, mas que também ressaltam os significados do próprio ato de suas narrativas e dos resultados daí decorrentes, posto que a crônica assume, para cada um deles, o sentido seja de retrospectiva ou então o significado de narrar fatos extraordinários e banais.

O primeiro desses cronistas mencionados, Otacílio Colares, considera que:

O trabalho do cronista, muita vez, em certas retrospectivas que promove, não tem outro sentido que não o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão perdendo, juntamente com os ossos dos que por derradeiro os ouviram relatados dos maiores (COLARES, 1980:13).

Por sua vez, João Nogueira observa que:

---

<sup>3</sup> Basta atentarmos para os títulos das três obras neste ponto abordadas, cujo foco centrado na capital cearense, fica visível nos próprios títulos: Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande; Fortaleza velha: crônicas; Fortaleza descalça.

Todo mundo sabe que a História e a crônica, de preferência, conservam os fatos extraordinários e raros: guerras, terremotos, proezas de um herói, etc., deixando na sombra e quase no olvido os fatos da vida ordinária (NOGUEIRA, 1981:106).

Enquanto isso, Otacílio de Azevedo ressalta as "esquisitices" daqueles por ele considerados como tipos curiosos, ou seja, redundando desses tipos fatos nada extraordinários:

Fortaleza esteve sempre cheia de tipos curiosos capazes de chamar a atenção de quantos tivessem oportunidades de vê-los. Suas esquisitices, seu "humor", adereços, atitudes – tudo isso ficou gravado na crônica da cidade (AZEVEDO, 1992:145).

Observamos dessa forma a multiplicidade de significados e sentidos que comportam em si mesmas as crônicas. Conquanto Otacílio Colares atribua à crônica uma significação muito similar ao da ciência historiográfica conforme a tratamos nos moldes atuais (tornar de novo conhecidos fatos e gente), vemos João Nogueira “remar contra a maré” dos que consideram a crônica como relativa tão-somente aos fatos miúdos do dia-a-dia e afirmar que essas mesmas crônicas servem para conservar os fatos extraordinários e raros, ao passo que Otacílio de Azevedo atribui-lhe um sentido de história, mas não da história ciência, como o faz Colares, mas sim da história como o acontecimento em si.

Acerca dessa discussão sobre a história e seus significados (história como ciência ou como o acontecimento em si), cabe aqui um adendo. Em língua portuguesa, diferente de outros idiomas (inglês com *History* e *Story* e alemão com *Historie* e *Geschichte*, por exemplo) não temos diferenças entre essas duas vertentes. Porém, no presente texto o significado dessas duas formas será aplicado tanto para a narrativa proveniente do trabalho da ciência histórica quanto para a narrativa oriunda das crônicas.

Dito isso, nesse momento a presente discussão vai enveredar pela relação existente entre a crônica e a história, visto que “história e literatura são formas de ‘dizer’ a realidade”. (PESAVENTO, 2000:7). Essa realidade é visada de forma distinta por ambas as consortes mencionadas:

História e literatura reconfiguram um passado. Trata-se, no caso da história, de uma reconfiguração “autorizada”, circunscrita pelos dados fornecidos pelo passado (as fontes), pela preocupação da investigação sobre documentos, pelos critérios e exigências científicas do método. A literatura, ao contrário,

permite que o imaginário levante vôo mais livre e amplamente, que ele fuja, numa certa medida, aos condicionamentos impostos pela exigência da verificação pelas fontes.

Literatura e história se distinguem também pelo tipo de leitura que tencionam provocar. A literatura tenta incitar, antes de mais nada, à empatia, à identificação; ela visa criar uma proximidade entre o leitor e o passado, lá onde a história pressupõe uma distância crítica entre o leitor, de um lado, e o passado e o discurso do historiador, de outro. Ao mesmo tempo, o historiador adota uma atitude mais “autoritária”. Ao domesticar, ao fixar, ao encaixar o tempo com o objetivo de apresentar a sua visão do passado, ele apresenta “o que poderia ter sido” como “o que foi”. É baseando-se no seu estatuto científico que a história justifica a sua legitimidade como narração do passado (DE DECCA; LEMAIRE, 2000:11-12).

Porém, muito mais que insuperáveis diferenças, teríamos consideráveis similitudes, que se baseariam no aspecto ficcional empregado à realidade quando de sua apreensão na forma de narrativa historiográfica: “a História – pela interpretação, pelo subjetivismo, pela comunicação, pela ideologia – é também uma ficcionalização do real” (SILVEIRA, 1992:27).

Trata também Paul Ricoeur dessa aproximação (ou se preferirmos entrecruzamento) envolvendo as duas formas de narrativa abordadas nesse momento no presente trabalho, que são a histórica e a ficcional.<sup>4</sup> É e ao próprio Ricoeur a quem vamos recorrer abaixo para uma breve apreciação acerca desse tema:

Por entrecruzamento da história e da ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra. Essa concretização corresponde, na teoria narrativa, ao fenômeno do “ver como...”. (...) Avizinhamo-nos pelo menos duas vezes do problema da concretização: uma primeira vez quando tentamos, na esteira de Hayden White, elucidar a relação de representância da consciência histórica com o passado enquanto tal, por meio da noção de apreensão analogizante; a segunda vez quando, numa perspectiva próxima da de R. Ingarden, descrevemos a leitura como uma efetuação do texto considerado como uma partitura a executar. (...) Essa concretização só é atingida na medida em que, por um lado, a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo. Essa concretização recíproca assinala o triunfo da noção de figura, na forma do *figurar-se que...* (RICOEUR, 1997:316-317).

Tendo a ciência historiográfica, tal qual a literatura, em última análise, a ficção como horizonte (guardadas todas as devidas proporções concernentes à verificação das

---

<sup>4</sup> Cf. sobremodo acerca de tal discussão, o quinto capítulo da segunda seção, intitulado “o entrecruzamento da história e da ficção”, capítulo este que encontra-se por sua vez dividido em duas partes, a saber, “a ficcionalização da história” e a “historicização da ficção”, da seguinte obra: RICOEUR, 1997:315-333.

fontes e ao método), havemos de pensar como Hayden White. Não no que diz respeito a seu “relativismo” que aboliria todas as fronteiras entre história e literatura, entre realidade e ficção. Mas sim quando esse autor conclui que “toda explicação histórica é retórica e poética por natureza” (WHITE, 1995:11).

A diferença primordial que podemos verificar entre a história e a crônica, ou melhor, entre o historiador e o cronista, não estaria tão-somente na óbvia objetividade e na determinada intencionalidade da escrita de ambos, mas sim na subjetividade de suas respectivas pertinências explicativas, visto ser o cronista aquele que compila e historia os fatos, sendo o historiador aquele que interpreta o fato, através do exame subjetivo (SILVEIRA, 1992:29). Ou seja, enquanto o cronista compila, cabe ao historiador interpretar. Porém, compilando ou interpretando, ambos almejam, ao final de suas incursões, narrar. É a narrativa o fim a ser atingido tanto por quem escreve a crônica como por aquele que produz a história (como representação historiadora).

Encetando um questionamento sobre a discussão concernente ao ato de narrar, temos o seguinte problema: "que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram?" (RICOEUR, 2007:253). Acerca dessa discussão, recorramos ao prefácio (da edição original de 1938) escrito por Eusébio de Sousa para o livro de crônicas de Raimundo de Menezes. Conforme Sousa:

Suas crônicas, leves e sutis, tão bem feitas e tão bem coordenadas têm, para mim, como diria alguém, um sabor mágico, sugestionador, um fortíssimo poder de evocação, porque nelas há muita coisa deliciosa, um colorido que sobrepuja, na fixação de individualidades e de fatos (SOUSA, 2000:24).

Prosseguindo na apreciação introdutória da obra cronística de Menezes, ressalta ainda Sousa que:

Não é só para mim que as suas crônicas têm valor. Sei – e estou certo disso – existir nesta terra muita gente que aprecia esse gênero de literatura, por certo o mais apropriado para se conhecer a História, pois, está mais ou menos verificado – se não estou enganado, foi Mário Melo quem isso escreveu – que só os especialistas procuram ler e estudar essa mesma História nas suas fontes, enquanto a maioria demonstra agrado em ler fatos esparsos, máxime se a narrativa se afasta do estilo adequado ao cronologista (SOUSA, 2000:25).

Conforme podemos deduzir do exposto acima por Eusébio de Sousa, caberia somente aos especialistas, nesse caso específico os historiadores, construir uma narrativa através de uma interpretação dos fatos (ler e estudar as fontes). Tal rigor não



seria necessário aos cronistas, por exemplo, posto que estes poderiam apresentar, já que a eles caberia tão-somente a compilação dos fatos, um afastamento de um estilo (rigor) adequado ao cronologista, leia-se mais uma vez, historiador.

Podemos, dessa maneira, considerar que a diferença *mater* entre a narrativa histórica e aquela em forma de crônica não inviabiliza o intercuro entre ambas no que concerne sua condição de narrativa (afinal, ambas narram, devendo-se considerar e ressaltar aí a intencionalidade de quem dispõe e usufrui de cada uma dessas formas de narrar), pois conforme salientado abaixo, tais narrativas representariam dois tipos (válidos) de inteligibilidade:

Em vez de jogar uns contra os outros adversários e defensores da pertinência explicativa da narrativa enquanto ato configurante, pareceu mais útil interrogar-se sobre a forma como podem compor-se juntos dois tipos de inteligibilidade, a inteligibilidade narrativa e a inteligibilidade explicativa (RICOEUR, 2007:254-255).

E essas duas formas de inteligibilidade logo acima mencionadas, a narrativa e a explicativa, podem ser auferidas tanto na crônica como na história, visto que "a coerência narrativa tem raízes na primeira e articula-se com a segunda" (RICOEUR, 2007:255). Ambas, história e crônica, narram e explicam, a sua própria maneira, determinados fatos e acontecimentos.

Já com relação a tal coerência narrativa, acreditamos que essa deva ser enfatizada como um processo que se manifestaria, afinal, desde a construção do texto até a participação daquele sujeito que lê determinada obra narrativa, todo esse processo inserido em um contexto de inteligibilidade. Acerca das intenções e expectativas (ou seja, da coerência) desse sujeito que lê, bem, aqui não nos cabe tecer comentários ou ponderações, visto que dito intento fugiria de nossa almejada alçada.

Dando seguimento, chegamos a outro autor que se refere à associação entre a narrativa histórica, a subjetividade e a ficcionalidade. Esse autor é Jörn Rüsen. Para esse historiador alemão:

A história é apreendida, pela linguagem e pela metáfora, como campo de experiência, como o supra-sumo do que é interpretável historicamente (na narrativa). Essa apreensão se dá no domínio global da experiência do tempo, antes de serem elaborados, em forma de teorias, conceitos elementares ou categorias. Essa apreensão não depende da conceituação de uma teoria específica. Tirar daí a conclusão que o conhecimento histórico possui caráter fundamentalmente poético, "literário" ou "retórico", não convence, se esses

termos tiverem a conotação de “não-científico” ou “incapaz de ser científico” (RÜSEN, 2007:63).

Sendo assim, considerando o imediatamente acima exposto por Rüsen no que tange o cuidado que cabe ao historiador em sua labuta, que nunca deve perder de vista o caráter científico da história, também não devemos ignorar a ligação da ciência histórica com aspectos comumente mais relacionados à literatura, tais quais a ficcionalidade.

Mas se a história é uma ciência (com todos os preceitos e obrigações que se exigem e impõem a qualquer campo de atuação epistemológica) com características que não a deixam escapar totalmente da ficcionalidade, persiste-nos a questão: e a crônica, onde se situa? Como podemos seguramente classificá-la? Será ela, ao contrário da história, uma ficção (literatura) com pitadas de ciência? Encontramos em outro autor, Raimundo Girão, uma resposta que nos parece plausível: seria a crônica uma quase história.

Mas cabe a ressalva: não seria qualquer crônica, mas sim especificamente um modelo, a *crônica-histórica*. Cita Girão, ao tratar de sua obra cujo título já é deveras elucidativo quanto a seu objetivo (*Fortaleza e a Crônica Histórica*), que:

O nosso intuito é particularizar, em atinência à capital cearense, a sua *crônica-histórica*, a qual bem se poderá dizer que é uma *quase-história* com a diferença de que a História registra e desseca friamente o fato-histórico, ao passo que a Crônica-história não pretende ir ao exame fundo desse fato, é mais por cima, mais literária, menos exigente (GIRÃO, 1983:9).

Para Raimundo Girão, portanto, a diferença principal entre a ciência histórica (que pode ser considerada como História, com maiúsculo) e a crônica, ou posto de outra forma, entre o historiador e o cronista, é que cabe ao primeiro registrar e dessecar (também caberia o verbo dissecar?) friamente os fatos (seria essa frieza proveniente do rigor científico?), enquanto ao segundo não caberia tal rigor, posto que a ele não competiria ir ao exame mais profundo dos fatos, sendo por isso mesmo sua postura menos exigente.

Porém, essa “menor exigência” que caberia e se esperaria do cronista não o livraria de certo “rigor”, pois o cronista-histórico não se desvencilha da exigência de verdade:

O cronista-histórico faz, na verdade, uma espécie de obra artística, querendo apresentar ao leitor as coisas e os fatos de modo menos rígido, ao contrário

mais ameno, suave, sem contudo esquecer que não os deve enfeitar a ponto de transformá-los em mentira. A criatividade do crítico-histórico não é liberta, imaginosa, senão muito encostada à chamada verdade histórica, ainda que mais literariamente escrita. O verdadeiro cronista-histórico não inventa, não entrega o espírito ao devaneio, às idealizações que se comportam dentro das outras espécies de crônicas: crônica literária, crônica social, crônica esportiva, crônica religiosa, etc (GIRÃO, 1983:9).

Ao tratar das limitações que caberiam ao “verdadeiro” cronista-histórico, que não inventa, Girão nomeia as outras variedades de crônica, como que demonstrando claramente sua intenção em delimitar o campo reservado à crônica histórica.

Esse campo, portanto, afasta-se sobremaneira do literário, fazendo com que a crônica dita histórica, na visão de Girão, esteja entre a literatura e a ciência histórica, ou seja, se ela é “quase história”, por extensão podemos considerá-la também “quase literatura”.

Tal delimitação proposta por Raimundo Girão é utilizada pelo historiador Sebastião Rogério Ponte (que a ele diretamente faz menção), que na introdução a reedição do livro “Coisas que o Tempo Levou”<sup>5</sup>, livro este “de crônicas históricas sobre Fortaleza entre o século XIX e início do século XX” (PONTE, 2000:10), observa que:

*Coisas que o Tempo Levou...* não é um livro de História, mas de crônicas históricas. A crônica histórica, ressalta o historiador Raimundo Girão, é um gênero literário que se move na fronteira entre história e literatura: embora tenha preocupações artísticas, sem compromisso maior é com a história, mas sem precisar aprofundar-se nos rigores exigidos pela investigação histórica. Nesse sentido, continua Girão, a crônica histórica é quase história (PONTE, 2000:11).

É interessante perceber o salientado acima pelo historiador Ponte, que assim também intitula Girão, mas que observa que o autor de “Coisas que o Tempo Levou”, Raimundo de Menezes, era “bacharel em Direito, não era historiador, não pertencia ao Instituto Histórico do Ceará” (PONTE, 2000:11). Daí a ressalva que esse não era, de fato, um livro de história, mas sim de crônicas históricas.

Mesmo sendo caracterizada como uma “quase história”, a narrativa em forma de crônica não perdera (e nem poderia perder) o cuidado, a atenção ou mesmo a desconfiança (como que uma advertência aos historiadores) que a fazem acompanhar e que constantemente devem ser lembrados, pelo historiador, através da simples presença do advérbio “quase”.

---

<sup>5</sup> Cujas edição original é do ano de 1938.

Ainda na apresentação do livro de Raimundo de Menezes, continuamos na apreciação do explorado por Ponte:

Por outro lado, o cronista histórico não deve perder completamente de vista o teor artístico que cabe a esse gênero, devendo, porém, atentar para o risco de não “enfeitar” demais os fatos abordados a ponto de esvaziá-los. Ou seja: a crônica histórica não permite a invenção ou a idealização facultadas apenas às crônicas puramente literárias, não históricas (PONTE, 2000:11-12).

Como à crônica histórica não seria permitida a invenção, conforme observa acima Ponte, podemos depreender o quão cuidadosos eram (ou ao menos deveriam ser) os cronistas históricos no que concerne a veracidade de suas narrativas. Um exemplo que podemos citar é o de João Nogueira, que ao tratar desse assunto, em uma crônica sua, deixa bem claro que toda crônica “tem sempre por ponto de partida um grãozinho de verdade” (NOGUEIRA, 1981:186).

À preocupação que os cronistas tinham com a veracidade juntava-se uma outra, a que dizia respeito ao temor de ter seus textos fora da perfeita conformidade com a língua vernácula, como bem o demonstra Otacílio de Azevedo, que ao relatar a apreensão quando do lançamento de seu primeiro livro, no ano de 1916, salienta que “lia e relia, vezes angustiado, à procura de um possível erro tipográfico que pudesse ser visto pelos leitores” (AZEVEDO, 1992:258).

A inquietude de Azevedo em se ter um texto acurado, sem máculas que pudessem lhe atribuir seus leitores, demonstra bem a relação que envolve a escrita de um texto com os leitores deste mesmo texto. E essa relação carrega consigo, como bem o assinala Azevedo, toda uma carga de tensão. Ilustrando bem essa conexão, recorreremos a uma análise feita por Thana Mara de Souza, a partir de sua leitura de Sartre. Dessa forma temos que:

Assim, se ele [o escritor] cria, já não é capaz de ler o que escreveu, e é por isso que apela para o leitor a fim de que este faça sua escrita existir. A prosa só existe pelo esforço conjunto do escritor e do leitor, e é nessa relação tensa e necessária que a obra de arte se torna um objeto concreto e imaginário (SOUZA, 2008:121).

Se a relação é tensa, do mesmo modo é necessária, pois somente existe o escritor se porventura houver leitores (tal premissa aplica-se, sobretudo, se estamos a falar de crônicas). E essa confluência permite que a obra de arte, no nosso caso a narrativa em

forma de livro, se torne um objeto que assume em si tanto características concretas quanto imaginárias.

Tendo a cidade de Fortaleza, portanto, como o palco onde se consubstanciava e personificava essa relação, nos vemos diante de uma cidade que vivia um período enlevado em diversas transformações. Tais transformações se refletiam no cotidiano e no imaginário dos cidadãos.

Daí considerarmos que ressaltamos com as crônicas a relevância destas serem "uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época" (PESAVENTO, 1997:34).

Sobre esse caráter imaginário e representativo que recai sobre a narrativa em forma de crônica (mas do mesmo modo também à narrativa histórica), recorremos nesse momento a Ricoeur, quando este se vale de um "fenômeno" para exemplificar tal situação. Para esse autor "é no fenômeno do rastro que culmina o caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico" (RICOEUR, 1997:320). E o que vem a ser esse rastro? Ou melhor, como podemos identificá-lo para daí perscrutá-lo? Informa-nos, então, Ricoeur que:

São justamente as atividades de preservação, de seleção, de agrupamento, de consulta, que mediatizam e esquematizam, por assim dizer, o rastro, para transformá-lo na última pressuposição da reinscrição do tempo vivido (o tempo com um presente) no tempo puramente sucessivo (o tempo sem presente). Se o rastro é um fenômeno mais radical do que o do documento ou do arquivo, em compensação é o processamento dos arquivos e dos documentos que faz do rastro um operador efetivo do tempo histórico (RICOEUR, 1997:320).

Teríamos assim definido o caráter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o rastro, atividades estas que por sua vez viabilizariam a consecução do trabalho historiográfico, como também da narrativa literária (crônicas). Esse caráter:

É atestado no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só lhe atribuímos seu valor de rastro, ou seja, de efeito-signo, ao *nos afigurar* o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma, (...) o *mundo* que, *hoje*, falta, por assim dizer, ao redor da relíquia. Mas tocamos aqui, com a expressão *afigurar-se*, numa atividade do imaginário que é mais fácil de cingir no âmbito da análise que se segue. (RICOEUR, 1997:320-321).

Segue adiante, assim, Paul Ricoeur em sua análise acerca do papel mediador exercido pelo imaginário no que tange sua validade como um rastro que se preza a uma

apreciação, em forma de narrativa, do tempo vivido. Porém, por aqui ficamos nesse ponto especificamente abordado, tentando ao menos, a partir do exposto acima, ressaltar a importância dos rastros que por nós são tidos e havidos como, sobretudo, a experiência de vida dos autores das crônicas aqui abordadas nesse tempo vivido e nesse espaço habitado.

Essa experiência, que se consubstancia em narrativa a partir do imaginário desses respectivos autores, afigura-se no contexto da vida de cada um deles, no ambiente social e cultural representado pela cidade de Fortaleza no período específico de confecção de suas obras.

Além da noção acima proposta por Ricoeur acerca do rastro, que mediatizaria e esquematizaria o imaginário, também se faz importante ressaltar que a crônica só se torna uma narrativa apropriada para se depreender o imaginário de um determinado lugar em uma época específica se tivermos uma convenção, que atribui à narrativa do autor uma consistência realmente plural, ou seja, é este sujeito plural que sustenta o discurso.

De acordo com Certeau “o *nós* do autor remete a uma *convenção* (dir-se-ia em semiótica, que ele remete a um ‘verossímil enunciativo’). No texto ele é a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso” (CERTEAU, 1982:71).

Finalmente chegamos ao ponto em que se evidenciaríamos os autores/escritores, ou melhor, os cronistas históricos que tanto merecem nossa atenção, além obviamente de suas respectivas obras. Porém, não cabe aqui, devido ao tamanho limitado do texto, ir a esses autores e nos debruçar mais detidamente sobre suas narrativas, mas ao menos urge que façamos mais uma justificativa acerca da utilização das crônicas como uma relevante fonte para o “fazer-se história”.

Observamos que de uma maneira distinta ao do documento no sentido positivista do termo, a crônica requer uma abordagem muito específica, retratada pela relação entre ficção e história. De acordo com Margarida de Souza Neves, através das crônicas,

É possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações (NEVES, 1992:76).

Acerca da crônica e de sua importância para o historiador do presente em sua ânsia por apreender as sensibilidades passadas, temos que,

O ofício do historiador, contudo, nos faz olhar para as crônicas passadas como registros sensíveis de um tempo e nelas procurar realizar aquela ambição de captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo. Para o historiador do presente a crônica se oferece como um exercício imaginário para a apreensão das sensibilidades passadas (PESAVENTO, 1997:31).

As crônicas podem ser consideradas relevantes documentos na labuta empreendida pelo historiador porque se estabelecem enquanto elementos que descrevem as novidades desse momento de transformações situado nas décadas iniciais do século XX, captando assim suas sensibilidades. Nada melhor que as crônicas, portanto, para se captar elementos que, devido sua presumível "irrelevância", costumam passar despercebidos por outras formas de registro do passado.

Tendo em vista a discussão anterior e apesar de enfatizarmos não ser essa a nossa intenção aqui, a de enveredarmos pelas questões pertinentes às sensibilidades, bem cabe uma referência acerca da compreensão desse termo. Conforme o define Sandra Pesavento:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real (PESAVENTO, 2003:58).

Ainda de acordo com Sandra Pesavento, é este mundo do sensível que incorre nas formas de valorizar e classificar o mundo ou de atuar diante de determinadas situações e agentes sociais. Em suma,

As sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos (PESAVENTO, 2003:58-59).

Enfim, é no fato de terem abordado, através de suas crônicas históricas, o mundo que se produziu no seu referente tempo, qual seja, as décadas iniciais do século passado, que direcionamos nossa atenção para essas narrativas que tinham na cidade de Fortaleza a inspiração e seu palco privilegiado de ação, onde se atuava (vivia) em uma época de muitas transformações, muitas das quais magistralmente captadas pelos cronistas históricos.

Eis assim, basicamente, a intenção primordial das crônicas históricas escritas sobre a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado: preservar o tempo pretérito (o tempo vivido pelos cronistas, com todas as transformações advindas nesse período) para que aqueles que viveram a época narrada se lembrem/recordem e para que aqueles que não viveram tal período possam tomar conhecimento pósteros.

Como nos enquadramos nesta última categoria, é através e a partir desse conhecimento, oriundo das narrativas em forma de crônica, que elaboramos nossa própria narrativa, em suma, também uma narrativa, porém historiográfica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CÂNDIDO, Antônio (et al.). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: ed. Unicamp, 2005.

COLARES, Otacílio. Á guisa de apresentação. In: ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974.

\_\_\_\_\_. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 2. ed., v. 6. Rio de Janeiro: Sul América, 1971.



DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (org.). **Pelas margens**: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983.

NEVES, Margarida de Souza. In: CÂNDIDO, Antônio (et al.). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). **Leituras cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Crônica: fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 8, n. 10, jul/dez 2004.

PONTE, Sebastião Rogério. Introdução. In: MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

RICOEUR, Paul. **Do texto a ação**: ensaios de hermenêutica II. Porto: RÉS, 1989.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago, viagem – paisagem – linguagem, cousa de veer. In: CÂNDIDO, Antônio (et al.). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SOUSA, Eusébio de. Prefácio da edição original. In: MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

SOUZA, Thana Mara de. A relação entre escritor e leitor. In: **Sartre e a literatura engajada**: espelho crítico e consciência infeliz. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.